

PETIÇÃO 7.074 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : REINALDO AZAMBUJA SILVA
ADV.(A/S) : GUSTAVO PASSARELLI DA SILVA
REQDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA. HOMOLOGAÇÃO. COMPETÊNCIA. PREVENÇÃO. DELIBERAÇÃO ACERCA DOS TERMOS DE DEPOIMENTO NÃO CONEXOS. ATRIBUIÇÃO DO JUÍZO HOMOLOGATÓRIO. RECURSO INTERNO DESPROVIDO.

1. O juízo que homologa o acordo de colaboração premiada não é, necessariamente, competente para o processamento de todos os fatos relatados no âmbito das declarações dos colaboradores (INQ-QO 4.130, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe de 3.2.2016). Existindo, nada obstante, dentre esses episódios, ao menos um em que se verifique a presença de conexão com objeto de feito previamente distribuído, adequada é a observância da regra prevista no art. 79, *caput*, do Código de Processo Penal, a demandar a distribuição por prevenção, nos exatos termos do art. 69, *caput*, do Regimento Interno da Corte Suprema.

2. Cabe ao Supremo Tribunal Federal decidir, com exclusividade, a permanência ou não da investigação ou da ação penal deflagrada em desfavor das demais pessoas não submetidas à jurisdição criminal originária, adotando-se, como regra, o desmembramento, salvo nas hipóteses em que a cisão possa causar prejuízo relevante (INQ 3.983, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, Dje 12.5.2016).

3. Os fatos dos quais não há notícia de participação de autoridade detentora de foro por prerrogativa nesta Suprema Corte, além daqueles em que não se observa qualquer relação de conexão com investigações ou ações penais em curso, devem ser encaminhados para tratamento adequado perante a autoridade jurisdicional competente.

4. Agravo regimental desprovido.

PETIÇÃO 7.074 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : REINALDO AZAMBUJA SILVA
ADV.(A/S) : GUSTAVO PASSARELLI DA SILVA
REQDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): Trata-se de agravo regimental interposto por Reinaldo Azambuja Silva, Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, contra decisão proferida nos autos da PET 7.003, que, após a homologação dos acordos de colaboração premiada celebrados entre executivos do Grupo Empresarial J&F com o Ministério Público Federal, determinou o desmembramento em relação a termos de depoimento em que se atribuem fatos a pessoas sem foro por prerrogativa de função no Supremo Tribunal Federal.

Questiona o agravante, em síntese, a distribuição da referida PET 7.003 por prevenção ao INQ 4.112, o qual tem por objeto fatos relacionados à cognominada “Operação Lava Jato”, afirmando que não são conexos à aludida operação todos os episódios supostamente delituosos descritos pelos colaboradores.

Nesse viés, aduz que os colaboradores lhe atribuem, exclusivamente, o recebimento de propina, na qualidade de Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, para liberação de termos de convênio e benefícios relativos ao ICMS, fatos que não detêm qualquer relação com o INQ 4.112, o que afastaria, portanto, a prevenção deste relator.

Na mesma linha de raciocínio, sustenta que faltaria, ainda, atribuição ao Ministério Público Federal para apuração dos eventuais ilícitos, porquanto o ICMS é tributo de competência estadual.

Defende, ainda, que a simples menção, por parte de um dos colaboradores, da existência de uma dívida de campanha eleitoral com Delcídio do Amaral, não configuraria a conexão probatória, já que tal fato seria corroborado apenas por “*simples planilhas de excel, produzidas unilateralmente, de precário conteúdo e substância probatória*” (fl. 6), inaptas,

portanto, a gerar qualquer vinculação com o citado INQ 4.112.

Aponta casos em que foram proferidas decisões reconhecendo a inexistência de conexão com feitos sob esta relatoria, pugnando pela adoção de providência semelhante, sob o argumento de inserção artificial no objeto do acordo de cooperação para provocar a prevenção ora questionada.

Conclui sustentando a possibilidade de cisão dos depoimentos, caso não identificada qualquer causa de modificação de competência, submetendo-os à livre distribuição, em observância ao princípio do juiz natural.

É o relatório.

Cópia

PETIÇÃO 7.074 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): Princípio anotando que o cerne da questão em debate, nestes autos em que se processa o presente agravo regimental, reside na distribuição da PET 7.003 por prevenção ao INQ 4.112, de minha relatoria, e as relações de seus respectivos objetos com a cognominada “*Operação Lava Jato*”.

Na cronologia da tramitação dos feitos relacionados à referida operação, tem-se como causa mediata de definição da prevenção a distribuição, aos 18.4.2014, da RCL 17.623 ajuizada em favor de Paulo Roberto Costa, ao saudoso Ministro Teori Zavascki, a quem havia sido distribuído anteriormente o HC 121.918, aos 31.3.2014, impetrado em favor do mesmo reclamante.

Nos termos do art. 69 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, as ações e os recursos versando fatos conexos ao objeto da RCL 17.623 foram aglutinados sob a mesma relatoria, dentre os quais figuram, registro, o INQ 3.883 e o INQ 4.112, distribuídos ao Ministro Teori Zavascki aos 7.7.2014 e 21.8.2015, respectivamente.

Em razão do fatídico episódio que vitimou o saudoso Ministro Teori Zavascki, e com a minha posterior opção para integrar a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, por ato da eminente Ministra Presidente, Cármen Lúcia, fui designado, por sorteio realizado em 2.2.2017, como relator da aludida operação de repercussão nacional.

Enfatizo, por oportuno, que a redistribuição dos feitos à minha relatoria foi materializada nos autos dos já mencionados INQ 3.883 e INQ 4.112, pois, à época, a RCL 17.623 já se encontrava arquivada, diante do trânsito em julgado da decisão de mérito certificada em 23.3.2015.

Não por outra razão é que os referidos inquéritos, desde então, vêm sendo utilizados como referência à distribuição por prevenção a este relator dos feitos relacionados à “*Operação Lava Jato*”, o que importa afirmar que a correta delimitação do parâmetro de aferição das causas de modificação da competência (conexão e continência) deve ter por

referência os seus predecessores.

Feito este breve resgate histórico acerca da causa originária da prevenção, cumpre tecer algumas considerações acerca do instituto da colaboração premiada, necessárias ao correto desate da controvérsia aqui instalada.

Como já afirmado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o instituto em referência consubstancia-se em verdadeiro meio de obtenção de prova, tratando-se de negócio jurídico processual personalíssimo celebrado entre o Ministério Público e o colaborador, do qual não participa o Poder Judiciário, ao qual compete, exclusivamente, a aferição da regularidade, voluntariedade e legalidade do acordo, à luz do ordenamento jurídico vigente, nos termos do art. 4º, § 7º, da Lei n. 12.850/2013 (HC 127.483/PR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, DJe 4.2.2016).

No seio da avença, o colaborador presta as suas declarações perante a autoridade policial e/ou o Ministério Público visando um ou mais resultados elencados nos incisos do art. 4º da Lei n. 12.850/2013, sendo certo que, não raro, como ocorre na hipótese em análise, são relatados mais de um fato delituoso em contextos não necessariamente imbricados.

Nada obstante esta Suprema Corte tenha decidido, na Questão de Ordem suscitada no INQ 4.130, que o juízo homologador do acordo não é, necessariamente, competente para o processamento de todos os fatos relatados, existindo, entretanto, dentre esses episódios, ao menos um em que se verifique a presença de conexão com objeto de feito previamente distribuído, faz-se imperiosa a observância da regra prevista no art. 79, *caput*, do Código de Processo Penal, a demandar a distribuição por prevenção, nos exatos termos do art. 69, *caput*, do Regimento Interno da Corte Suprema.

Com efeito, verificada a existência de liame de natureza objetiva, subjetiva ou probatória entre o conteúdo de termos de depoimento prestados pelo colaborador e o objeto de investigação em curso, à autoridade judicial responsável pela supervisão do procedimento investigatório incumbe, por força da prevenção, a homologação do

acordo de colaboração celebrado e a subsequente adoção de providências acerca de cada fato relatado. Tal conclusão resguarda o jurisdicionado dos efeitos da litispendência e da coisa julgada, cuja evitação também se encontra no âmbito de tutela das normas de modificação da competência previstas no art. 76 e art. 77 do Código de Processo Penal.

Importante recordar que é o juízo prevento quem detém condições mais adequadas para verificar quais pontos de contatos existem entre as declarações dos colaboradores e outras investigações já em curso, impondo, se for o caso, a tramitação conjunta.

À luz desses conceitos e institutos jurídicos, ressalto que o pano de fundo da controvérsia se passa na homologação dos acordos de colaboração premiada celebrados entre integrantes do Grupo Empresarial J&F e o Ministério Público Federal.

Conforme se extrai da leitura do requerimento ministerial (fls. 2-17 do item 43 da PET 7.003), no momento em que submetidos à homologação judicial, noticiou-se a existência, entre os termos de depoimento prestados, de fatos envolvendo autoridades com foro por prerrogativa de função no Supremo Tribunal Federal, dentre os quais se identificaram procedimentos já distribuídos a este relator com objetos conexos.

E ainda que da narrativa exposta pelo Ministério Público Federal não seja possível constatar a prática de atos em detrimento da Petrobras S/A – parâmetro inicialmente utilizado por esta Suprema Corte para definir os limites da operação de repercussão nacional (INQ 4.130, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, DJe 3.2.2016) e, por conseguinte, a prevenção -, não se verifica qualquer mácula na distribuição do pedido de homologação dos acordos de colaboração, conforme se passa a demonstrar.

O saudoso Ministro Teori Zavascki, a pedido do Ministério Público Federal, determinou, em 3.10.2016, o desmembramento do INQ 3.989, destinado, inicialmente, a investigar esquema supostamente espúrio integrado, majoritariamente, por parlamentares filiados ao Partido Progressista (PP), ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro

(PMDB) e ao Partido dos Trabalhadores (PT), atuantes, especialmente, nas diretorias de Abastecimento, Serviços e Internacional da Petrobras S/A.

Considerando o aprofundamento dessas investigações, surgiram outros 2 (dois) eixos centrais dentro da mesma alegada organização criminosa: um composto por membros do Partido dos Trabalhadores (PT) e outro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Naquela oportunidade, deliberou o Ministro Teori Zavascki que a apuração relacionada aos membros do Partido Progressista (PP) fosse mantida no INQ 3.989, ao passo que as demais - todas pertinentes à aludida organização criminosa - fossem autuadas de modo autônomo, gerando: (i) INQ 4.325, cujo objeto é a atuação dos membros do Partido dos Trabalhadores (PT); (ii) INQ 4.326, cujo objeto é a atuação dos membros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no Senado Federal; e (iii) INQ 4.327, cujo objeto é a atuação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) na Câmara dos Deputados.

Paralelamente, o Ministério Público Federal celebrou acordo de colaboração premiada com Fábio Cleto Ferreira - responsável, em tese, por atuar dentro da Caixa Econômica Federal no interesse do ex-Deputado Federal Eduardo Cosentino Cunha e em favor de suposta organização criminosa -, homologado na PET 6.122 aos 10.5.2016, também pelo sempre lembrado Ministro Teori Zavascki que, nos autos da PET 6.123, determinou o desmembramento dos respectivos termos de depoimento prestados. Dentre esses, merecem destaque a descrição de como se dava a atuação de Eduardo Cunha nos assuntos relacionados à Caixa Econômica Federal, em especial ao FI-FGTS, e a respectiva divisão do produto da vantagem espúria recebida das empresas beneficiadas, fatos originariamente apurados no INQ 4.266.

Posteriormente, ao assumir por sucessão a relatoria dos aludidos autos, em despacho proferido aos 15.2.2017, determinei o apensamento da PET 6.123 ao INQ 4.327, em razão da interseção de pontos da investigação encetada nesta - núcleo da suposta organização criminosa composta por membros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) na Câmara dos Deputados -, com os elementos de informação

produzidos no acordo de colaboração premiada celebrado com Fábio Cleto Ferreira.

Abre-se um parêntese para rememorar que, após o falecimento do saudoso Ministro Teori Zavascki, a PET 6.122 foi redistribuída ao eminente Ministro Alexandre de Moraes, com fundamento no art. 38 do RISTF, tendo Sua Excelência, após análise dos autos, concluído que o seu objeto se refere “a homologação de acordo de colaboração premiada celebrado no contexto da cognominada ‘Operação Lava-Jato’”, determinando sua remessa a este relator por meio de despacho proferido aos 24.4.2017, com o que anuiu a Presidência desta Suprema Corte, nos seguintes termos:

2. A presente petição, distribuída ao Ministro Alexandre de Moraes, deve ser redistribuída ao Ministro Edson Fachin, pela prevenção demonstrada com a distribuição anterior dos inquéritos e das ações nos quais se analisam fatos relacionados aos apurados na “Operação Lava Jato”, vinculados a este processo.

3. No art. 69, *caput*, do Regimento Interno deste Supremo Tribunal, dispõe-se:

“A distribuição da ação ou do recurso gera prevenção para todos os processos a eles vinculados por conexão ou continência”.

4. Pelo exposto, comprovada a prevenção, nos termos do art. 69, *caput*, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, **determino a redistribuição desta ação penal ao Ministro Edson Fachin.**

Convém lembrar, ainda, que este Supremo Tribunal Federal, por seu Pleno, tem afirmado que a fixação da competência de um Ministro para relatar causas e recursos é assunto atinente à organização interna do Tribunal e, portanto, indisponível ao interesse das partes. Cuida-se de ato privativo da Presidência, na qualidade de órgão supervisor da distribuição, e, como tal, de mero expediente, a atrair a incidência do art. 504 do Código de Processo Civil. Nesse sentido cito os seguintes precedentes: AI 748.144-AgR, HC 89.965-AgR, MS 28.847-AgR, Rcl 9.460-

PET 7074 / DF

AgR e RE 627.276-AgR, todos de relatoria do Min. CEZAR PELUSO, e HC 91.220-ED-ED, Rel. Min. AYRES BRITO (HC 126.022 AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI (Presidente), Tribunal Pleno, DJe de 15.4.2015).

Retornando, novamente, ao caso em tela, conforme frisado no relatório da decisão proferida em 18.5.2017 na PET 7.003, o colaborador Joesley Mendonça Batista, em seus termos de depoimento, dentre outros fatos, relata o sistema de conta corrente gerenciado por Lúcio Bolonha Funaro, tendo como beneficiário Eduardo Cosentino Cunha que, por sua vez, atuaria em favor do Grupo J&F em questões relativas a financiamentos da Caixa Econômica Federal, especialmente no âmbito do FI-FGTS. Descreve o colaborador, ademais, o pagamento de valores para sustentar o apoio do ex-parlamentar, na qualidade de Presidente da Câmara dos Deputados, nas demandas da empresa.

Nesse ponto, não há dúvida, exsurge do acordo de colaboração premiada submetido à homologação desta Suprema Corte - por conter, repiso, menção a autoridades detentoras de foro por prerrogativa -, evidente relação de conexidade com o objeto do INQ 4.266, deflagrado para apurar as condutas supostamente delituosas praticadas pelo então Deputado Federal Eduardo Cosentino Cunha em detrimento do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal.

Embora aludido inquérito tenha sido baixado ao primeiro grau de jurisdição, já que o investigado não mais ocupa o cargo que lhe garantia a prerrogativa de foro nesta Suprema Corte, o art. 74, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, estabelece que *“o inquérito ou a ação penal, que retornar ao Tribunal por restabelecimento da competência por prerrogativa de foro, será distribuído ao Relator original”*. Ou seja, caso o investigado incorra em qualquer das situações jurídicas previstas no art. 102, I, “b” e “c”, da Constituição Federal, devem os autos retornar a esta relatoria, na qualidade de sucessor do saudoso Ministro Teori Zavascki no que toca à cadeia de prevenção estabelecida com a distribuição da RCL 17.623.

Ainda que assim não fosse, os mesmos fatos atinentes ao ex-Deputado Federal Eduardo Cosentino Cunha - a quem o colaborador Joesley Mendonça Batista afirma ter pago para garantir apoio aos interesses do Grupo J&F na Câmara dos Deputados -, somados ao episódio supostamente envolvendo o atual Presidente da República, Michel Miguel Elias Temer Lulia, e o ex-Deputado Federal Rodrigo Santos da Rocha Loures (no qual se tratou da substituição de Geddel Vieira Lima por este último como interlocutor no trato de assuntos de interesse do grupo empresarial, além da suposta influência exercida por Eduardo Cosentino Cunha sobre assuntos governamentais, mesmo se encontrando recluso e afastado), guardam nítida relação de prejudicialidade e de interesse probatório nas investigações da alegada organização criminosa composta por integrantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, junto aos INQ 4.326 e INQ 4.327, respectivamente.

Por todas essas razões, não se verifica qualquer ilegalidade na distribuição por prevenção do pedido de homologação do acordo de colaboração premiada em análise, diante da evidente existência de fatos relatados conexos com investigações em curso sob a minha relatoria.

Cumprido assentar, por oportuno, que os termos de depoimento desprovidos de qualquer relação de conexidade com os feitos que tramitam sob esta relatoria, mesmo contendo menção a autoridade detentora de foro por prerrogativa de função nesta Suprema Corte, foram submetidos à consideração da eminente Presidente, a Ministra Cármen Lúcia, para providências de redistribuição entre os eminentes pares, conforme procedido, por exemplo, em relação aos fatos envolvendo o Senador da República Aécio Neves da Cunha, que hoje se encontram sob a relatoria do eminente Ministro Marco Aurélio, nos autos do INQ 4.506.

Solução semelhante foi adotada em relação aos investigados Willer Tomaz e Ângelo Goulart Vilella, cujos termos de depoimento foram remetidos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em razão da prerrogativa de foro prevista em favor do último, investido no cargo de

Procurador da República.

Por fim, não há falar, ainda, em violação ao princípio do juiz natural no tocante às providências adotadas na decisão proferida aos 18.5.2017, em relação às pessoas mencionadas nos depoimentos dos colaboradores e desprovidas de foro por prerrogativa nesta Suprema Corte.

É que, constatado o envolvimento de alguma das autoridades elencadas no art. 102, I, “b” e “c”, da Constituição Federal, cabe ao Supremo Tribunal Federal decidir, com exclusividade, a pertinência ou não da permanência da investigação ou ação penal deflagrada em desfavor das demais pessoas não submetidas à jurisdição criminal originária prevista no citado dispositivo constitucional, adotando-se, como regra, o desmembramento, salvo nas hipóteses em que a cisão possa causar prejuízo relevante. Nesse sentido:

“INQUÉRITO. (...) FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO: HIPÓTESE EM QUE NÃO É RECOMENDÁVEL CISÃO DO PROCESSO. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: NÃO CABIMENTO DE APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 86, § 4º DA CONSTITUIÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA E ILICITUDE DE PROVA: INEXISTÊNCIA. PRELIMINARES REJEITADAS. COLABORAÇÃO PREMIADA: REGIME DE SIGILO E EFICÁCIA PERANTE TERCEIROS. REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP: INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADOS EM RELAÇÃO À SEGUNDA PARTE DA DENÚNCIA. DENÚNCIA PARCIALMENTE RECEBIDA. 1. Segundo entendimento afirmado por seu Plenário, cabe ao Supremo Tribunal Federal, ao exercer sua prerrogativa exclusiva de decidir sobre a cisão de processos envolvendo agentes com prerrogativa de foro, promover, em regra, o seu desmembramento, a fim de manter sob sua jurisdição apenas o que envolva especificamente essas autoridades, segundo as circunstâncias de cada caso (Inq 3515 AgR, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 13/02/2014, DJe de 14/3/2014). Ressalvam-se, todavia, situações em que os fatos

se revelem “de tal forma imbricados que a cisão por si só implique prejuízo a seu esclarecimento” (AP 853, Relator(a): Min. ROSA WEBER, DJe de 22/5/2014), como ocorre no caso. (...) 11. Denúncia parcialmente recebida, prejudicados os agravos regimentais” (Inq 3.983, Rel.: Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, Dje 12.5.2016).

Desse modo, tendo em vista que os termos de depoimento prestados pelo colaborador fazem parte de um mesmo acordo de colaboração premiada, os fatos dos quais não há notícia de participação de autoridade detentora de foro por prerrogativa nesta Suprema Corte, além daqueles em que não se observa qualquer relação de conexidade com investigações ou ações penais em curso, devem ser encaminhados para tratamento adequado perante a autoridade jurisdicional competente.

Tal providência pode ser levada a efeito pelo relator designado, seja por distribuição ou por prevenção, para a homologação do acordo como um todo, até então indecomponível, após a aferição da sua regularidade, legalidade e voluntariedade, e não comporta definição de competência, a qual pode ser objeto de reavaliação na instância adequada.

Na hipótese em concreto, constatando-se que o agravante atualmente ocupa o cargo de Governador do Estado do Mato Grosso do Sul e que os fatos a ele relacionados não se afiguram conexos com quaisquer investigações ou ações penais que tramitam perante esta Suprema Corte, o Procurador-Geral da República foi autorizado a utilizar os respectivos termos de depoimento perante o Superior Tribunal de Justiça, órgão do Poder Judiciário competente, nos termos do art. 105, I, “a”, da Constituição Federal, para o adequado tratamento dos fatos em observância às garantias constitucionais aplicáveis.

Com todas essas considerações, porque não há qualquer mácula no procedimento adotado na PET 7.003, seja na sua distribuição por prevenção, seja nas providências deferidas na decisão proferida aos 18.5.2017, **nego provimento** ao agravo regimental.

É o voto.